



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n, Campus dos Malês - Bairro Centro, São Francisco do Conde/BA, CEP 43900-000
Telefone: e Site: - <http://www.unilab.edu.br/>

EDITAL LICITAÇÃO Nº 01/2026

Processo nº 23804.000436/2025-13

PREGÃO ELETRÔNICO

UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA CAMPUS DOS MALÊS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Processo Administrativo nº 23804.000436/2025-13

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, CNPJ 12.397.930/0002-90, por meio do(a) COADM, sediado(a) na Avenida Juvenal de Queiroz, S/ N, bairro Baixa Fria, na cidade de São Francisco do Conde/Bahia , CEP 43900000, realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **Menor Preço** , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 01/06/2026

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviço contínuos de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, BEBEDOUROS E DEMAIS APARELHOS E REFRIGERAÇÃO NOS PRÉDIOS DO CAMPUS DOS MALÊS DA UNILAB, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, a serem executados SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 19 (dezenove) itens, conforme

tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto

executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para

reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário de cada item expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos

agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será

de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução](#)

[Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;](#)

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da

proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao

valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o

licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10,00 %, (dez virgula zero) por cento) para o

consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou enviados por e-mail para o endereço: selog-sfc@unilab.edu.br.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado seplan-males@unilab.edu.br ou diamcm-sfc@unilab.edu.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique

incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou

inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://unilab.edu.br/licitacoes-bahia>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selog-sfc@unilab.edu.br e diamcm-sfc@unilab.edu.br.

- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://unilab.edu.br/licitacoes-bahia>
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

13. 11. 1. 1. Anexo I do TR - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13. 11. 1. 2. Anexo II do TR - Termo de ciência e concordância

13. 11. 1. 3. Anexo III do TR - Instrumento de medição de resultados - IMR

13. 11. 1. 4. Anexo IV do TR - Estudo técnico preliminar - ETP

13. 11. 1. 5. Anexo V do TR - Quantitativo dos equipamentos

13. 11. 1. 6. Anexo VI do TR - Minuta de termo de contrato

São Francisco do Conde , 12 de maio de 2026

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 78bfe51778591573744



Documento assinado eletronicamente por **EDSON SOUZA SILVA, ADMINISTRADOR(A)**, em 12/05/2026, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1438791** e o código CRC **EDFE0DA0**.

UNILAB - CAMPUS DOS MALÊS

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	158634-UNILAB - CAMPUS DOS MALÊS	LUIS CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO	11/05/2026 09:05 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23804.000436/2025-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23804.000436/2025-13)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço contínuos de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, BEBEDOUROS E DEMAIS APARELHOS E REFRIGERAÇÃO NOS PRÉDIOS DO CAMPUS DOS MALÊS DA UNILAB, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento...

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1	Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 9.000 BTU's, com fornecimento de peças.	2771	SERVIÇO	08	R\$ 317,09	R\$ 2.536,72
	2	Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 18.000 BTU's, com fornecimento de peças.	2771	SERVIÇO	40	R\$ 317,09	R\$ 12.683,60
	3		2771	SERVIÇO	104	R\$ 388,43	

	Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 36.000 BTU's, com fornecimento de peças.					R\$ 40.396,72
4	Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 60.000 BTU's, com fornecimento de peças.	2771	SERVIÇO	8	R\$ 564,38	R\$ 4.515,40
5	Serviço de manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço, dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 9.000 BTU's, com fornecimento de peças	2771	SERVIÇO	8	R\$ 455,74	R\$ 3.645,92
6	Serviço manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço, dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 18.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas	2771	SERVIÇO	40	R\$ 427,51	R\$ 17.100,40
7	Serviço de manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço, dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 36.000 BTU's, com fornecimento de peças	2771	SERVIÇO	104	R\$ 514,57	R\$ 53.515,28
8	Serviço manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço, dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 60.000 BTU's, com fornecimento de peças	2771	SERVIÇO	8	R\$ 955,61	R\$ 7.644,88
9	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 9.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, inclusive o suporte em material não oxidante, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	2	R\$ 911,83	R\$ 1.823,66
10	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 18.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, inclusive o suporte em material não oxidante, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	10	R\$ 1.062,05	R\$ 10.620,50
11	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 36.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, inclusive	2771	SERVIÇO	26	R\$ 1.194,21	R\$ 31.049,46

	o suporte em material não oxidante, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.					
12	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 60.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, inclusive o suporte em material não oxidante, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	2	R\$ 1.526,70	R\$ 3.053,40
13	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 9.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	2	R\$ 457,11	R\$ 914,22
14	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 18.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	10	R\$ 457,11	R\$ 4.571,10
15	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 36.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	26	R\$ 457,11	R\$ 11.884,86
16	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 60.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	2	R\$ 457,11	R\$ 914,22
17	Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, a exemplo de geladeira, frigobar, freezer, refrigerador, com fornecimento de peças	2801	SERVIÇO	8	R\$ 412,33	R\$ 3.298,64
18	Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, do tipo purificador de água com fornecimento de peças, INCLUSO O FORNECIMENTO SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DO APARELHO CONFORME PERIODICIDADE	2801	SERVIÇO	2	R\$ 412,33	R\$ 824,66

		ESTABELECIDADA PELO FABRICANTE.					
	19	Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, do tipo bebedouro industrial com fornecimento de peças, INCLUSO O FORNECIMENTO SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DO APARELHO CONFORME PERIODICIDADE ESTABELECIDADA PELO FABRICANTE.	2801	SERVIÇO	4	R\$ 412,33	R\$ 1.649,32
							R\$ 212.642,60

A quantidade prevista na tabela acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA estão condicionados aos serviços efetivamente prestados. Dependendo da periodicidade estabelecida para manutenções preventivas, da quantidade de aparelhos efetivamente instalados, assim como da demanda de manutenções corretivas.

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A4]
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que é necessário para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos e a qualidade do ar no interior dos ambientes climatizados, entendendo assim que a eventual interrupção no funcionamento dos aparelhos de refrigeração pode causar danos à continuidade das atividades no Campus dos Malês, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7 Quantidade de aparelhos instalados durante o início de execução do contrato, estão disponíveis em ANEXO V (Equipamentos_Quantitativos).
- 1.7.1 Respeitando-se a quantidade máxima de serviços anuais, alguns equipamentos podem ser incluídos ou excluídos na relação, conforme necessidade da contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A1]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;;

4.1.2. Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade

4.1.3. Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

4.1.4 Prever destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho 1999;

4.1.5 Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços; 4.1.6 Realizar um

programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de

consumo de água e redução de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.7 Quando houver necessidade de reposição de gás, deverão ser utilizados equipamentos apropriados de coleta, transferência e armazenamento

previstos na Resolução CONAMA nº 340/2003, ou outra que vier a substituí-la;

4.1.8 Quando do fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá adotar o disposto no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 que trata

dos critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de bens, a qual prioriza:

4.1.9 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.10 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade

Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.11 Observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos); seguindo, no que couber, com os termos definidos na Instrução Normativas SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010

Subcontratação

4.2. **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Por não se tratar de AQUISIÇÃO DE BENS DIVISÍVEIS, não será aplicada a reserva de cotas para esta contratação, conforme entendimento da Lei Complementar 147/2014.

Margem de Preferência:

4.5. Não foram identificadas normativas para justificar a aplicação de margem de preferência na contratação deste serviço.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão executados de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo as normas

técnicas aplicáveis, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada refrigeração dos ambientes.

5.1.3.1 A contratada deverá disponibilizar para a execução dos serviços objetos desta contratação profissionais Técnicos em Refrigeração e Climatização ou Mecânicos de Refrigeração;

5.1.3.2 Como forma de conferência das peças substituídas durante a manutenção preventiva ou corretiva, a CONTRATANTE solicitará da CONTRATADA o envio de notas fiscais, recibos, tabelas do fabricante ou outros documentos, além de realizar pesquisa de preço para aferir a compatibilidade dos preços pagos com o mercado.

5.1.4 Da limpeza e Manutenção preventiva

5.1.4.1. Estima-se que as manutenções preventivas sejam realizadas de forma trimestral para cada aparelho de ar condicionado, bebedouro industrial, purificador de água e frigobar, que integra o sistema de climatização e refrigeração. A critério da Contratante, conforme necessidade justificada, esse prazo poderá ser reduzido ou estendido.

5.1.4.2. As manutenções preventivas ocorrerão por meio de Ordem de Serviço.

5.1.4.2.1. Quando necessário acionamento fora do cronograma de manutenção a contratada deverá comparecer no local de atendimento no prazo máximo de 48 horas úteis

5.1.4.3 OS serviços de manutenção preventiva dos equipamentos compreendem a higienização completa do aparelho de ar condicionado, somadas às ações abaixo descritas:

1. Remoção e limpeza da tampa frontal e do gabinete de acordo com as normas dos fabricantes;
2. Limpeza da parte externa do condicionador de ar;
3. Remoção, limpeza e lavagem dos filtros de acordo com as normas dos fabricantes;
4. Verificação dos rolamentos e mancais dos ventiladores/motores. Se necessária troca dos rolamentos;
5. Medição e registro de tensão e amperagem do equipamento em operação com compressor armado; Limpeza das serpentinas de evaporação e condensadores, com a devida desmontagem das peças;
6. Limpeza da bandeja – parte de condensação;
7. Verificação com eventual correção do nível de ruído e vibrações anormais;
8. Verificação de fuga de gás refrigerante, com a reposição se necessário;
9. Medição e registro da tensão e corrente elétrica dos motores dos compressores;
10. Verificação dos visores das linhas de líquido quanto à presença de umidade no sistema, com a utilização de bomba de vácuo;
11. Verificar funcionamento dos controles remotos, caso tenha;

12. Medição com registro da temperatura da serpentina de resfriamento, bem como, do superaquecimento;
13. Verificação com correção dos sistemas de encaixe dos painéis de acesso ao gabinete;
14. Limpeza externa dos gabinetes; Verificar a drenagem de água;
15. Substituir isolações térmicas danificadas nas tubulações;
16. Eliminar possível mau contato no cabo de alimentação, disjuntores e pontos de interligação;
17. Limpeza das bandejas de drenagens;
18. Eliminar ruídos anormais;
19. Verificar se há fuga de energia para a carcaça do aparelho.
20. Verificar e eliminar possíveis pontos de vazamento de fluido refrigerante (conexões e válvulas);
21. Verificar e executar reparos no contactor magnético do compressor;
22. Medição e registro das temperaturas em operação dos motores ventiladores;
23. Verificação interna dos gabinetes, com eventual correção termo acústicas – parte de evaporação;
24. Verificação das válvulas de expansão termo acústicas parte de condensação.
25. Eliminar pontos de obstrução de sujeira nas aletas do condensador.
26. Operação do termostato de modo a desarmar e rearmar o compressor, verificando a existência de ruídos ou vibrações, providenciando, se necessário, sua correção;
27. Remoção do aparelho, inspeção e ajuste dos parafusos de fixação do compressor, motor, ventilador e estrutura;
28. Retirar as turbinas das unidades internas para limpeza, (com cuidado para não remover acessórios de balanceamento); Limpeza da bandeja coletora de água de condensação e tubulação de drenagem;
29. Verificar a isolamento elétrica do compressor e do motor de ventilador;
30. Executar reparos de desgastes de eixos, buchas, mancais de rolamento e lubrificação do motor do ventilador;
31. Limpar e higienizar o evaporador e bandejas de drenagens;
32. Lavar a serpentina do condensador e peças comuns com máquina adequada, aplicando produtos desengraxantes conforme normas do Ministério da saúde, se necessário;
33. Montar o equipamento de forma adequada;
34. Se necessário, remoção do aparelho para a oficina e execução dos seguintes serviços (Desmonte e limpeza das serpentinas do condensador evaporador / Realização de tratamento anticorrosivo (com tinta tipo zarcão) do chassi e da bandeja interna / Verificação e troca de capacitor / Verificação dos componentes elétricos, cabo de alimentação e, se necessário, sua substituição
35. Em caso de pane, realizar a análise do condicionador de ar com a emissão de relatório contendo a descrição do problema e das peças a serem trocadas.
36. A manutenção preventiva dos equipamentos de refrigeração deverá ser realizada de acordo com a necessidade identificada pelas Unidades demandantes as quais deverão levar em consideração a idade do equipamento, a frequência de uso e a importância do mesmo para o andamento das atividades desenvolvidas. Com isso, a manutenção deve ser realizada conforme o Plano de Manutenção preventiva em sistema de refrigeração abaixo:
 - Inspeção de Componentes de Controle (Fusíveis, Sensores, Resistência, Ventiladores e etc);
 - Inspeção de Componentes Mecânicos (Compressor, Filtro, Capilar);
 - Inspeção Estrutural (Empeno de porta, rigidez da gaxeta, vazamento interno etc);
 - Medição da corrente de trabalho;
 - Medição da pressão de trabalho do compressor;
 - Troca de filtro/purificador dos bebedouros e purificadores;
 - Limpeza interna e externa dos equipamentos;

5.1.4.4 As práticas de manutenção acima devem ser aplicadas em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da NBR 13.971 – Sistemas de Refrigeração. Condicionamento de Ar e Ventilação – Manutenção Programada da ABNT, assim como aos edifícios da Administração Pública Federal o disposto no capítulo Práticas de Manutenção, Anexo 3, itens 2.6.3 e 2.6.4 da Portaria nº 2.296/97, de 23 de julho de 1997, Práticas de Projeto, Construção e Manutenção dos Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reformas de Estado – MARE. O somatório das

práticas de manutenção para garantia do ar e manutenção programada visando o bom funcionamento e desempenho térmico dos sistemas permitirá o correto controle dos ajustes das variáveis de manutenção e controle dos poluentes dos ambientes.

5.1.4.5 Visando o funcionamento dos sistemas de refrigeração presentes nas edificações do campus dos Malês, deverá ser seguido o plano de manutenção preventiva nos sistemas de refrigeração. Tendo em vista que são sistemas que não envolvem climatização, estes não fazem parte do PMOC e deverão compor um plano de manutenção em separado. O plano de manutenção se aplicará aos sistemas apenas de refrigeração, ou seja, aqueles equipamentos que não tem o objetivo de garantir o conforto térmico dos equipamentos, exemplo: refrigerador, frigobar, freezer, bebedouro industrial e etc. Tais equipamentos tem apenas o objetivo de processo, ou seja, refrigerar um respectivo produto. O PMOC regulamentado pela Lei 13589/2018 abrange apenas equipamentos de climatização, excluindo assim os equipamentos de refrigeração;

5.1.4.6 Todos os produtos utilizados na limpeza dos componentes dos sistemas de climatização e equipamentos de refrigeração devem ser biodegradáveis e estarem devidamente registrados no Ministério da saúde para esse fim.

5.1.4.7 Toda verificação deve ser seguida dos procedimentos necessários para o funcionamento correto do sistema de climatização e equipamentos de refrigeração.

5.1.5 Da Manutenção Corretiva (SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS)

5.1.5.1 As manutenções corretivas consistem nos procedimentos necessários para recolocar os equipamentos defeituosos em adequado funcionamento, compreendendo as necessárias substituições de peças defeituosas, ajustes e reparos necessários, de acordo com os Manuais e Normas Técnicas específicas para os equipamentos.

5.1.5.2 As manutenções corretivas ocorrerão por meio de Ordem de Serviço, cuja motivação seja uma chamada por parte da Contratante ou forem detectados problemas pelo técnico da Contratada quando da realização das manutenções preventivas.

5.1.5.2.1. Quando acionada a contratada deverá comparecer no local de atendimento no prazo máximo de 48 horas úteis.

- **INÍCIO DO ATENDIMENTO:** Entende-se por início de atendimento, a hora de chegada do técnico às instalações da Contratante, onde se encontra o condicionador de ar, bebedouro, refrigerador, purificador de água e frigobar.
- **TÉRMINO DO ATENDIMENTO:** O término da manutenção do equipamento não poderá ultrapassar o prazo de cinco (05) dias úteis, contados a partir do início do atendimento.
- **CASOS DE URGÊNCIA:** em situações de urgência, devidamente justificadas pelo setor competente, a Contratada poderá ser demandada para realizar o serviço de manutenção corretiva, o qual deverá ser executado no prazo máximo de 5 (cinco) horas úteis (horário comercial), contadas do recebimento da Ordem de Serviço. Por situação de urgência, pode-se citar como exemplo: aparelho de ar condicionado com defeito na sala dos aparelhos de TIC; cuja paralização do sistema de climatização nesse local poderá causar danos irreversíveis para a Administração Pública. Neste caso o prazo para a execução do serviço será de dois (02) dias úteis, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, e o término do serviço não poderá ultrapassar mais dois (02) dias úteis após o início do atendimento, saldo quando ocorrer situação alheia à CONTRATADA, sendo devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE.

5.1.5.4 Não poderá haver cobrança duplicada em caso de uma manutenção preventiva e corretiva realizada concomitantemente e nem no caso de mais de um deslocamento para deixar o equipamento em pleno funcionamento.

5.1.5.5 Caso seja necessária a retirada do aparelho para reparos nas dependências da Contratada, o retorno ao local para reinstalação do ar estará contemplado nos valores dos serviços de manutenção corretiva, que será de uma unidade. Não podendo, então, ser cobrado novamente o valor dos serviços para fins de instalação.

5.1.5.6 Nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado pelo aparelho de ar condicionado, haja necessidade de desloca-los até a oficina da Contratada, será necessária a autorização da Equipe de Fiscalização do Contrato, observando que o deslocamento não incorrerá em qualquer ônus adicional à Contratante.

5.1.6 Da Instalação e Desinstalação

5.1.6.1 Tais serviços ocorrerão por meio de Ordem de Serviço.

5.1.6.2 Nos serviços de instalação e desinstalação estarão inclusos todos os insumos/peças necessários para efetivar os serviços.

5.1.6.3 O prazo para a execução do serviço será de dez (10) dias úteis, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço.

5.1.7 Do Relatório de serviços

5.1.7.1 Para toda intervenção, a Contratada emitirá um Relatório, destinado ao Fiscal Técnico, no qual registrará detalhadamente os serviços executados e demais registros que entender necessários.

5.1.7.2 O Relatório deverá conter, entre outras informações, as seguintes: data, descrição dos serviços realizados em cada equipamento, com a relação das peças substituídas, com a indicação da marca, modelo, nº de série e nº de tombamento patrimonial do equipamento reparado; condições inadequadas encontradas ou eminência de ocorrência que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados; fotos do aparelho fechado e aberto antes e depois do serviço de limpeza e manutenção; assinaturas dos servidores responsáveis pela guarda dos equipamentos reparados com a indicação da matrícula e nome legível.

5.1.7.3 O relatório deverá ser elaborado e entregue após a conclusão do serviço e, logo na sequência, deverá ser apresentado ao Fiscal Técnico no prazo de cinco (05) dias úteis após o término do todo o serviço elencado na Ordem de Serviço, o qual analisará e efetuará o Recebimento Provisório do Serviço

5.1.7.4 Deverá ser elaborado um (01) relatório por ordem de serviço de cada contrato, sendo apresentadas em anexo imagens de todos os aparelhos de ar-condicionado na situação anterior ao serviço (aberto e fechado) e na situação após o serviço (aberto e fechado). É necessário que haja nas imagens a fácil visualização pelo fiscal de todo o serviço prestado, principalmente quando se trata de limpeza e manutenção preventiva dos equipamentos.

5.1.8 Da garantia dos Serviços

5.1.8.1 A Contratada garantirá os serviços executados, a contar da data do recebimento definitivo, pelo período mínimo de:

5.1.8.1.1 Três (03) meses para a mão de obra executada

5.1.8.1.2. Seis (06) meses para as peças substituídas no caso de manutenções preventivas/corretivas ou nas instalações dos equipamentos

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Avenida Juvenal Eugênio de Queiroz, S/N, Baixa Fria, São Francisco do Conde - BA ;

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.2.1.1 Manutenção preventiva mediante Ordem de Serviço no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas de segunda a sexta-feira (exceto feriados). Os serviços poderão ser realizados em horários diferenciados conforme necessidade da contratante ou contatada, após agendamento e autorização dos Fiscais do Contrato.

5.2.1.2 Chamadas para manutenções corretivas mediante Ordens de Serviço: das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas de segunda a sexta-feira (exceto feriados). Os serviços poderão ser realizados em horários diferenciados conforme necessidade da contratante ou contatada, após agendamento e autorização dos Fiscais do Contrato.

5.2.1.3. Instalações e desinstalações mediante Ordens de Serviço: das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas de segunda a sexta-feira (exceto feriados). Os serviços poderão ser realizados em horários diferenciados conforme necessidade da contratante ou contatada, após agendamento e autorização dos Fiscais do Contrato

Rotinas a serem cumpridas

5.3 A execução contratual observará as rotinas descrita no item 5.1 deste TR

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Os materiais a serem aplicados nos serviços devem ser novos, não podendo ser recondicionados ou reaproveitados, comprovadamente de primeira linha, de alta durabilidade, próprios para ambientes comerciais/empresariais/industriais e atender a todos os critérios previstos neste instrumento, bem como, sempre que aplicável, devem atender às normas técnicas brasileiras e possuir as devidas certificações de qualidade e segurança;

5.4.2. Os materiais a serem aplicados nos serviços devem ser tecnicamente adequados à tarefa a ser executada, não sendo permitido nenhum tipo de improviso, adaptação ou aplicação em desacordo com o previsto nas normas de segurança, normas técnicas brasileiras ou instruções dos fabricantes; e

5.4.3. Ao substituir algum material desgastado ou com defeito, pode-se utilizar um material de fabricação e/ou tecnologia mais recente e eficiente, desde que, tecnicamente, este apresente melhor relação custo/benefício, resolva definitivamente o problema e atenda às necessidades funcionais da UNILAB Campus dos Malês.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Característica da demanda e seus quantitativos na tabela pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando

quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Preposto

6.18 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.19 O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.20 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*[A2]

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.[A3]
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento[A6]

8.27. Não há previsão para antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito[A11]

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/04/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação[A3]

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- 9.12. Não vá exigência de Ato de autorização para o exercício da atividade
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

--	--

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.[A12]

9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação*[A13];

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*[A14]

Qualificação Técnica[A15] [A16]

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

9.32.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.32.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.2. Serão admitidas quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 2º, da Lei n. 14.133/2021)

9.32.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.* [A19]

9.32.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos .

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 212.642,60. (duzentos e doze mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.***

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

- I) Gestão/unidade: 26442/158565;*
- II) Fonte de recursos: 1000;*
- III) Programa de trabalho: 231895;*
- IV) Elemento de despesa: 339039; e*
- V) Plano interno: V8634N99MLN.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.[A1]

São Francisco do Conde, 08 de maio de 2026

JONATAS MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS

ANDRE CONCEIÇÃO DE JESUS

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

REMOVIDO

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE CONCEICAO DE JESUS

Agente de contratação

JONATAS MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 09:05:55.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO_III___INSTRUMENTO_DE_MEDICAO_DE_RESULTADOS___IMRassinado (2).pdf (704.25 KB)
- Anexo II - ANEXO_IV - ETP158634_000003_2025_2.pdf (155.25 KB)
- Anexo III - ANEXO_V___Equipamentos_Quantitativo_Marca_Modelo (2).pdf (703.46 KB)
- Anexo IV - ANEXO VI - modelo_de_termo_de_contrato_servico_sem_mao_deobra_exclusiva_lei_no_14_133_dez_25.pdf (380.64 KB)

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº **23804.000436/2025-13**)

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item. A tabela a seguir, a qual contém os critérios a serem analisados e seus respectivos pesos para a pontuação final:*

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR		
Critério		Peso
1	<i>O serviço foi concluído dentro do prazo aprovado (prazo cumprido parcialmente = até 30% de atraso).</i>	4
2	<i>Os serviços de manutenção predial foram executados rigorosamente conforme as boas práticas de mercado, normas de segurança e ergonomia, normas técnicas brasileiras, instruções dos fabricantes de insumos e ferramentas, Manuais de Infraestrutura Predial das edificações da UNILAB, condições e exigências gerais estabelecidas neste instrumento e orientações específicas do Fiscal do Contrato.</i>	4
3	<i>Os materiais aplicados nos serviços foram novos, comprovadamente de primeira linha, de alta durabilidade, próprios para ambientes comerciais/empresariais/industriais e atenderam a todos os critérios previstos neste instrumento, bem como, no que é aplicável, atendem às normas técnicas brasileiras e possuem as devidas certificações de qualidade e segurança.</i>	4
4	<i>Os materiais e ferramentas aplicados nos serviços foram tecnicamente adequados à tarefa executada, não tendo havido nenhum tipo de improviso, adaptação ou aplicação em desacordo com o previsto nas normas de segurança, normas técnicas brasileiras ou instruções dos fabricantes.</i>	4

5	<i>O preposto da Contratada acompanhou diligentemente e orientou adequadamente a prestação dos serviços, notificando o Fiscal do Contrato sempre que alguma necessidade, risco ou irregularidade foi identificada, bem como se manteve permanentemente disponível para receber solicitações, enviar informações e resolver problemas apontados pelo Fiscal do Contrato.</i>	3
6	<i>Os prestadores de serviço da Contratada tinham conhecimento técnico para execução dos serviços, utilizando adequadamente materiais, ferramentas de trabalho e equipamentos de proteção individual – EPI.</i>	2
7	<i>Os prestadores de serviço da Contratada mantiveram a limpeza, organização e sinalização dos ambientes da UNILAB, durante e após a execução dos serviços, preservando as melhores condições possíveis de higiene, segurança, conforto e usabilidade dos locais.</i>	2
8	<i>Os prestadores de serviço da Contratada apresentaram comportamento ordeiro, discreto e cortês com servidores, outros prestadores de serviço e público em geral, compatível com o profissionalismo, sobriedade e normas internas da UNILAB.</i>	1
9	<i>Os prestadores de serviço da Contratada se mantiveram adequadamente trajados e permanentemente identificados, de forma compatível com o profissionalismo, sobriedade e normas internas da UNILAB.</i>	1

1.1.1 O Fiscal do Contrato, após recebimento do Relatório de Conclusão dos Serviços referente a uma Ordem de Serviço, ou seja, referente a uma etapa da execução contratual, deverá avaliar os serviços prestados frente aos critérios do IMR, classificando-os e pontuando-os conforme a seguir:

- a) Critérios cumprido plenamente – 2 pontos;
- b) Critérios cumprido parcialmente – 1 ponto; ou
- c) Critério não cumprido – zero ponto.

1.1.2 Se porventura algum critério do IMR não se aplicar aos serviços componentes de uma Ordem de Serviço específica, este deve ser classificado como “critério cumprido plenamente”, tendo sua pontuação máxima automaticamente atribuída (2 pontos).

1.1.3 As classificações no IMR como “critério cumprido parcialmente” ou “critério não cumprido” devem ser acompanhadas de justificativas do Fiscal do Contrato, citando os casos concretos que ensejaram a classificação, bem como, sempre que cabível, devem ser anexados documentos, mensagens, imagens e congêneres que comprovem as situações apresentadas na justificativas.

1.1.4 A pontuação alcançada em cada critério será obtida pela multiplicação dos pontos referentes à sua avaliação (0, 1 ou 2 pontos) pelo valor de seu peso (1, 2, 3, ou 4) na tabela do IMR.

1.1.5 A pontuação total obtida pela Contratada na execução de uma Ordem de Serviço será o somatório das pontuações alcançadas em todos os critérios do IMR, podendo variar de o (zero) a 50 (cinquenta) pontos.

1.1.6 O valor percentual do valor total dos serviços, a ser efetivamente pago pela UNILAB, conforme a pontuação total obtida na execução de uma Ordem de Serviço, se dará conforme tabela a seguir:

PONTUAÇÃO IMR		PERCENTUAL DO VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS
DE	ATÉ	
47	50	100%
43	46	95%
39	42	90%
0	38	85%

1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à pontuação total obtida pela Contratada na execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, conforme tabela acima, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:


1.2.1 não produziu os resultados acordados,

1.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

São Francisco do Conde-BA, 26 de Agosto de 2025

Documento assinado digitalmente
 ANDRE CONCEICAO DE JESUS
 Data: 26/08/2025 11:49:57-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andre Conceição de Jesus
Integrante Técnico/Requisitante

UNILAB - CAMPUS DOS MALÊS

Estudo Técnico Preliminar 3/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23804.000436/2025-13

2. Descrição da necessidade

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar, e demais equipamentos de refrigeração, visa, portanto, atender a qualidade do ar, da água e afins, para os ocupantes das instalações: do prédio atual e dos dois blocos acadêmicos. E também proporcionar melhores condições de qualidade de vida e bem estar para o público, bem como conservar o patrimônio público, tendo em vista que tais procedimentos são imprescindíveis para o funcionamento eficiente e prolongamento da vida útil dos equipamentos (prevenindo danos, reduzindo o número de falhas na operação e procedendo a limpeza necessária em seus componentes), colaborando assim com a diminuição de gastos excessivos com componentes e consumo de energia, e, conseqüentemente, refletindo em economia ao erário.

Além disso, cumpre salientar que, no que concerne ao prédio atual (cedido pela prefeitura), localizado na cidade de São Francisco do Conde-Ba, ao qual funciona até o presente momento integralmente para as atividades meio (técnico-administrativas) e fim (ensino, pesquisa e extensão) do campus dos Malês, possui parte da cobertura em claraboia, cuja incidência de sol sobre as placas de vidro, faz com o que a sensação térmica seja elevada no ambiente por falta de ventilação adequada, provocando desconforto térmico significativo, conseqüentemente compromete o bem-estar dos usuários da edificação e o bom funcionamento dos equipamentos. Assim, faz-se necessário manter a temperatura amena nas dependências do referido Campus com a finalidade de torná-lo salubre aos servidores, alunos e demais pessoas que destas instalações fazem uso. Devendo ainda ser acrescentado que o Campus dos Malês englobando os dois blocos acadêmicos (vizinhos ao atual) que está em processo de conclusão das obras, possui, sala específica do Setor de Tecnologia da Informação, equipamentos de informática (da área de processamento de dados) que funcionam ininterruptamente, sendo, portanto, imprescindível neste setor o controle constante da temperatura para que estes equipamentos não entrem em colapso ocasionando a perda das informações ali armazenadas.

A presente contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de refrigeração, em caráter continuado, é necessária para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos e a qualidade do ar no interior dos ambientes climatizados, entendendo assim que a eventual interrupção no funcionamento dos aparelhos de refrigeração pode causar danos à continuidade das atividades no Campus dos Malês, visto que, como já falado anteriormente, parte da cobertura é claraboia sujeita a incidência de luz solar capaz de provocar grande concentração de calor no interior dos ambientes, principalmente durante os dias de verão mais ensolarado.

Considerando que o Campus dos Malês não possui em seu quadro de pessoal, mão de obra qualificada para a execução dos serviços pretendidos, considerando ainda, que tais

atividades não constituem objeto do Campus dos Malês, a alternativa da terceirização representa uma otimização desses serviços, haja vista a economia de gastos com aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos.

Diante do exposto, podemos citar que os procedimentos de manutenção são necessários ao adequado funcionamento dos sistemas de climatização e refrigeração (compreendendo dentre outros, instalação, operação, fornecimento de peças, manutenção corretiva e preventiva), e que a referida contratação se mostra indispensável ao bom funcionamento da Instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento do Campus dos Malês	Andre Conceição de Jesus
Serviços Operacionais	Jonatas Marques Oliveira dos Santos
Divisão de Administração	Luís Cláudio Pereira Ribeiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer o devido funcionamento da instituição e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente;

O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e conveniência da Administração por até 120 meses;

A contratada, com registro no CREA, deverá dispor em seu quadro de funcionários Engenheiro Mecânico ou Técnico de nível médio, para prestação dos serviços de instalação, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos sistemas de refrigeração de ambiente, com disponibilidade de materiais/peças para instalação e manutenção, equipamentos, ferramentas, instalação física apropriada e específica, e pessoal técnico especializado, com registro no CREA, para o cumprimento do objeto da licitação;

A execução do serviço contratado será realizada quando provocada pela Administração, a partir da emissão da Ordem de Serviço, mas também não somente quando provocada pela Administração, pois existe a manutenção preventiva que estará inclusa na contratação e ocorre mensalmente ou conforme periodicidade definida. A Contratada deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço, inclusive quanto a localização do campus no município de São Francisco do Conde-Ba;

A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos); seguindo, no que couber, com os termos definidos na Instrução Normativa SLTI no. 1, de 19/01/2010;

No atendimento dos serviços é necessário que a contratação contemple o material, as peças a serem utilizadas e equipe técnica especializada, com suas devidas normas de segurança e EPIs;

A contratada deverá comprovar sua capacidade técnica através de atestados que demonstre sua aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis à contratação a ser realizada. Devendo também comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira através da apresentação de certidões negativas para estes fins, conforme definido em edital;

O serviço a ser contratado se enquadra como serviço comum, porque as exigências técnicas para o serviço de manutenção de ar são usualmente praticadas no mercado da área de refrigeração, não havendo especificidades que impliquem em transferência de conhecimentos, tecnologia e técnicas empregadas a serem repassadas em transições contratuais;

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços;

As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento;

Os serviços serão executados no horário e nos dias normais de expediente da Contratante, 07hs às 17hs, de segunda à sexta-feira, porém em caso de essencialidade e necessidade, poderá ocorrer a eventual execução fora do horário normal de expediente da Contratada, sob condição de consulta e aprovação da contratante, no entanto não implicará adicional de preço baseado nos acréscimos relativos aos prêmios de horas extras;

Os técnicos da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação;

Após a solicitação da ordem de serviço da Administração a CONTRATADA deverá providenciar a realização do serviço em até 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos em que comprovadamente não houver possibilidade técnica para a execução, autorizada pela Administração;

A CONTRATADA deverá informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de realizar o serviço conforme o estabelecido;

A contratada responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional;

Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos, incluindo ajustes, especificações, lubrificação e limpeza interna, quando necessário;

Entende-se por manutenção corretiva a substituição de peças gasta pelo uso (incluindo o fornecimento de peças originais);

Entende-se que a instalação de cada aparelho deverá ser completa (exceto ponto de alimentação elétrica e dreno), devendo estar inclusos todos os valores e encargos concernentes aos materiais

empregados na realização dos serviços, inclusive tubulações, suportes, isolamento térmico, gás refrigerante, mão de obra, taxas, impostos, bem como demais despesas diretas e indiretas, entregando o serviço com todos os itens em perfeito funcionamento. Os serviços de desinstalação compreendem o recolhimento do gás refrigerante para o compressor, retirada da evaporadora e condensadora. Os suportes da condensadora deverão ser retirados e entregues ao representante da CONTRATADA;

5. Levantamento de Mercado

5.1 Trata-se de prestação de serviços com vasto histórico de contratações pela Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

5.1.1 Tal característica demonstra a capacidade do mercado fornecedor em atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades apresentadas neste estudo, bem como, ratifica a condição de tratarmos aqui, de serviço comum.

5.2 O art. 23º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim conceitua:

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;”

5.3 Em consonância com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o art. 9º, III, da Instrução Normativa SEGES nº. 58 de 08 de agosto de 2022, define:

“Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

I -

II-

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração; ...”

5.4 Diante do disposto na Lei 14.133/2021 e na IN SEGES nº 58/2022, foram buscados em outros órgãos públicos contratações similares para verificação da existência de novas metodologias, tecnologias ou informações que subsidiassem a busca da melhor solução para atender a pretensão externada no Documento de Formalização de Demanda 03/2025 (Sei! nº 1139737), tendo sido encontrados, entre outros diversos, os seguintes registros no sistema de Pesquisa de Preços:

UASG 983345 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUÍPE

UASG 158409 - INST. FEDERAL DE EDUC. CIÊN. E TECN. DA BAHIA

UASG 155884 - IF BAIANO - CAMPUS ITABERABA JAMES DE MELO BATISTA

UASG 926302 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

UASG 120632-GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE

UASG 160403 - 6º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

5.5. Da análise dos editais/avisos acima, constatou-se, de pronto, que as soluções adotadas por todas as UASGs em voga, residiram numa mesma toada, que foi a contratação, por meio de certame licitatório, de empresas especializada em manutenção de aparelhos de ar condicionado.

5.5.1. As contratações se deram de formar linear, aliando a prestação de serviço ao fornecimento de peças necessário para o serviço contratado.

5.5.2. Foram analisadas as soluções de mercado disponíveis ao atendimento da demanda em apreço, com foco nos modelos já utilizados por empresas que atualmente mantém vínculo contratual com o poder público, na prestação de serviços de limpeza, manutenção preventiva e corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, destacando-se quatro (04) soluções apresentadas, em que todas incluem a contratação dos serviços de: limpeza, manutenção preventiva e corretiva de aparelho de ar-condicionado; serviço de instalação e desinstalação de aparelho de ar-condicionado. Serão dois (02) serviços anuais de limpeza, integrando manutenção preventiva/corretiva com reposição de peças previstas no item de manutenção preventiva e corretiva.

5.5.3. No estudo realizado, foram divididos os serviços em quatro (04) partes, sendo eles limpeza, manutenção preventiva/corretiva as quais utilizam-se peças de baixa complexidade, manutenção corretiva com troca de peças de média complexidade e manutenção corretiva com necessidade de troca de peças de alta complexidade. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva serão executados de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo as normas técnicas aplicáveis, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantido a adequada refrigeração dos ambientes. As peças utilizadas para estes serviços são as divididas conforme estabelecidas em manuais e normas vigentes:

Baixa complexidade (climatização): os fusíveis, parafusos, correias, ímãs, terminais elétricos, graxas, solventes, produtos químicos de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferruginosa, tinta, lixa, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de

vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamentos de detritos, materiais para solda, zarcão, trapo, óleos lubrificantes, materiais e produtos de limpeza em geral;

Baixa complexidade (refrigeração): Troca de filtro/purificador dos bebedouros e purificadores.

Média complexidade: sensor de degelo, sensor de temperatura, ventilador da condensadora, turbina da evaporadora, chave contatora, motor swing, relês, gás, hélice, capacitor, indutores, placa receptora, pressostato de alta pressão, pressostato de baixa pressão, controles remotos;

Alta complexidade: placa mãe do condensador, placa mãe da evaporadora, placa de controle, compressores, ventilador do condensador.

5.5.3.1. **Hipótese 01:** Neste tipo de solução, a Administração Pública inclui nos valores os serviços de mão de obra de limpeza, manutenção preventiva e manutenção corretiva. Sendo todas as peças de manutenção preventiva e corretiva excluídas de responsabilidade da contratada. Ou seja, sem nenhuma previsão de reposição de qualquer peça por parte da contratada. No caso de manutenções corretivas, serão custeados pela contratante todos os consertos e/ou substituições das peças. A empresa contratada fará uma pesquisa de preço no mercado com no mínimo a apresentação de três (03) valores e o Fiscal Técnico do Contrato, dará a autorização para a compra da peça danificada e o contratante custeará a peça juntamente com o serviço de manutenção corretiva.

Os serviços de instalação e desinstalação dos equipamentos de ar-condicionado serão executados conforme demanda e especificação solicitada pelo contratante.

5.5.3.1.1. Na solução da hipótese 01, por mais que pareça vantajosa economicamente, uma vez que, os lances das empresas tendem a ser mais baixos, vez que, só é considerado o serviço de prestação de serviço de mão de obra sem o custeio de peças, ela é inviável para o caso da manutenção nas edificações que compõem a UNILAB Campus dos Malês.

5.5.3.1.2. Na presente contratação, para serviços de manutenções corretivas, em que os aparelhos de ar-condicionado quando apresentarem defeitos parciais ou integrais devido a problemas de peças ou equipamentos internos dos aparelhos de ar-condicionado, a empresa teria a obrigação de cotar com pelo menos três (03) fornecedores de peças, e assim o Fiscal Técnico do Contrato autorizar a troca, devendo a contratada, no caso a Administração Pública, custeá-las.

5.5.3.1.3. Comumente é observado que quando as empresas utilizam dessa metodologia para conserto e ressarcimento de valores de peças e serviços, a empresa tende a pesquisar em fornecedores de maiores custos ou até mesmo fraudar as pesquisas de mercado, superfaturando na compra dessas peças. Além do fato de aproveitar-se da inexperiência do Fiscal Técnico do Contrato, uma vez que, a grande maioria não possui conhecimento técnico para avaliar se existe a real necessidade das trocas das peças ou a originalidade das peças apresentadas quando substituídas e instaladas nos equipamentos consertados.

5.5.3.1.4. Da mesma forma, não se pode olvidar que em algumas situações a substituição das peças se tornaria inviável diante do valor do aparelho; sendo mais vantajoso à Administração Pública adquirir um novo equipamento, conforme cada caso.

5.5.3.2. **Hipótese 02:** Neste tipo de solução, a Administração Pública inclui nos valores dos serviços de mão de obra de limpeza, manutenção preventiva e manutenção corretiva, as peças considerada de baixa complexidade. Sendo toda as peças de manutenção corretiva de média e alta complexidades excluídas de responsabilidade da contratada. Ou seja, há previsão de reposição de peças de baixa complexidade por parte da contratada; as demais peças de média e alta complexidade serão avaliadas conforme pesquisa de mercado elaborada pela contratada e aprovados os consertos/compras pelo Fiscal Técnico do Contrato. No caso de manutenções

corretivas, serão custeados pela contratante os consertos e/ou substituições da peças de, baixa complexidade. Para as demais peças, a empresa contratada fará uma pesquisa de preço no mercado com no mínimo apresentação de três (03) valores e o Fiscal Técnico do Contrato dará a autorização para a compra da peça danificada e o contratante custeará a peça juntamente com o serviço de manutenção corretiva. Os serviços de instalação e desinstalação dos equipamentos de ar-condicionado serão executados conforme demanda e especificação solicitada pelo contratante.

5.5.3.2.1. Na solução da hipótese 02, também é aparentemente vantajosa economicamente, uma vez que, os lances das empresas tendem a ser baixos, haja vista, que só é considerado o serviço de prestação de serviço de mão de obra com o custeio de peças muito previsíveis em limpezas, manutenções preventivas periódicas. Mas, ainda assim esta hipótese é inviável para o caso da manutenção nas edificações que compõem a UNILAB Campus dos Malês.

5.5.3.2.2. Na presente contratação, para serviços de manutenções corretivas, em que os aparelhos de ar-condicionado quando apresentam defeitos parciais ou integrais devido a problemas de peças ou equipamentos internos dos aparelhos de ar-condicionado, a empresa teria a obrigação de cotar com pelo menos três (03) fornecedores de peças, e assim o Fiscal Técnico do Contrato autorizar a troca, devendo a contratada, no caso a Administração Pública, custeá-las.

5.5.3.2.3. Comumente é observado que quando as empresas utilizam dessa metodologia para conserto e ressarcimento de valores de peças e serviços, a empresa tende a pesquisar em fornecedores de maiores custos ou até mesmo fraudar as pesquisas de mercado, superfaturando na compra dessas peças. Além do fato de aproveitar-se da inexperiência do Fiscal Técnico do Contrato, uma vez que, a grande maioria não possui conhecimento técnico para avaliar se existe a real necessidade das trocas das peças ou a originalidade das peças apresentadas quando substituídas e instaladas nos equipamentos consertados.

5.5.3.2.4. Da mesma forma, não se pode olvidar que em algumas situações a substituição das peças se tornaria inviável diante do valor do aparelho; sendo mais vantajoso à Administração Pública adquirir um novo equipamento, conforme cada caso.

5.5.3.3. **Hipótese 03:** Neste tipo de solução, a Administração Pública inclui nos valores dos serviços de mão de obra de limpeza, manutenção preventiva e manutenção corretiva, as peças consideradas de baixa e média complexidades. Sendo todas as peças de manutenção corretiva de alta complexidade excluídas de responsabilidade da contratada. Ou seja, há previsão de reposição de peças de baixa e média complexidade por parte da contratada: caso haja defeito nas peças consideradas de alta complexidade ou peças que somando o valor, ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor de um equipamento semelhante novo, será elaborado um relatório pela contratada com imagens e pesquisa de mercado comprovando o alto custo, e não será exigida a manutenção corretiva. Neste caso será entregue pela contratante um aparelho novo de potência similar, o qual será instalado pela contratada.

5.5.3.3.1. Na solução da hipótese 03, a solução é viável e a mais vantajosa economicamente e funcionalmente, isso porque, os lances das empresas tendem a ser pouco mais alto do que os da hipótese 01 e 02, porém foi analisado que defeitos em peças de média complexidade, são de fácil previsão e de pouca incidência, logo aumenta em pouco o valor proposto pela empresa quando é a responsável pela substituição. E as peças de alta complexidade são raros e inviáveis de consertos ou substituições, pois os valores quase se assemelham a de um equipamento novo. O campus dos Malês adquiriu recentemente aparelhos novos de ar-condicionados, de modo que, reduz consideravelmente a necessidade de troca de peças de alta complexidade. Mesmo porque, face a pesquisa de mercado destas peças de alta complexidade para ar-condicionados, torna-se mais viável e vantajosa para a administração a troca do aparelho por um

novo do que a manutenção corretiva dessas peças de alta complexidade. Assim, reitero que, em virtude de ter havido recente aquisição de aparelhos novos, raramente haverá manutenção corretiva dessas peças de alta complexidade.

5.5.3.3.2. Na presente contratação, para serviços de manutenções corretivas, em que os aparelhos de ar-condicionado, quando apresentarem defeitos parciais ou integrais devido a problemas de peças de alta complexidade listadas no item 5.5.3. deste documento, e, como comprovação de tal onerosidade excessiva, a empresa terá a obrigação de cotar o (s) preço (s) da (s) peça (s) danificadas (s) com pelo menos três (03) fornecedores, e, sendo essas peças comprovadas com preço igual ou superior que 50% (cinquenta por cento) do valor de um equipamento novo semelhante ao equipamento de ar-condicionado defeituoso. A empresa contratada poderá, também, através de laudo ou documento equivalente elaborado pelo técnico da empresa contratada apresentar os custos de outras peças que sejam isoladamente ou cumulativamente de valor superior à 50% (cinquenta por cento) do valor do equipamento novo, e, sendo assim, o Fiscal Técnico do Contrato autorizará a desinstalação do aparelho de ar-condicionado defeituoso e instalação de um novo aparelho de ar-condicionado de potência equivalente ao instalado, **que será fornecido pela contratante**. Neste caso a contratante não custeará o valor de manutenção, e apenas a desinstalação do aparelho e instalação do equipamento novo.

5.5.3.3.3. Nesta hipótese de modelo de contratação, não recai sobre o Fiscal do Contrato tamanha responsabilidade técnica, pois a empresa arca com todos os custos de limpeza, manutenção preventiva; e quase por completo o custo de manutenção corretiva, uma vez que, a exceção é apenas quando peças de alto custo estarão com defeito. Cabendo ressaltar que tais peças especiais apresentam defeitos em pouquíssimos casos com aparelhos de até cinco (05) anos de utilização. E também cabe à empresa apresentar através de documento, explicação detalhada, com descritivo dos custos destas peças. Assim facilitando o Fiscal do Contrato, sem que o mesmo precise possuir conhecimento técnicos do objeto contratado.

5.5.3.3.4. Neste caso, a Contratante arcará apenas com os custos de desinstalação e instalação, vez que, a manutenção preventiva/corretiva não foi executada.

5.5.3.4 **Hipótese 04:** Neste tipo de solução, a Administração Pública inclui nos valores dos serviços de mão de obra de limpeza, manutenção preventiva e manutenção corretiva todas as peças necessárias para o perfeito funcionamento. Sendo todas as peças de manutenção preventiva e corretiva excluídas da responsabilidade da contratante. Ou seja, há previsão de reposição de peças de baixa, média e alta complexidade por parte da contratada. Os serviços de instalação e desinstalação dos equipamentos de ar-condicionado serão executados conforme demanda e especificação solicitada pelo contratante.

5.5.3.4.1. A hipótese 04 é inviável, sob o ponto de vista econômico, conforme justificativas a seguir expostas.

5.5.3.4.2. Nesse tipo de contratação, para a elaboração das estimativas de preços/custos dos serviços, a Administração Pública deverá contabilizar tanto a mão de obra, quanto todos os materiais e peças eventualmente necessárias quando houver algum defeito do funcionamento.

5.5.3.4.3. Ocorre que, esse método elevaria excessivamente os valores das propostas, porque o fornecedor tende a propor um valor que não corresponde com a realidade do mercado, com vistas à evitar prejuízos e maximizar o seu lucro. Assim, os prejuízos seriam repassados à Administração Pública, a qual teria que pagar um valor elevado pelos serviços, mesmo nas situações em que sequer seria necessário realizar a reposição de peças ou utilizar certos materiais.

5.5.3.4.4. Para ilustrar essa solução, apresenta-se o seguinte exemplo hipotético: o valor para realizar a troca de um filtro- considerado um item relativamente simples e de baixo custo – seria o mesmo valor para realizar a troca de uma placa, cujo valor de mercado é manifestamente maior.

5.6. Com base nas pesquisas de mercado e a outros editais, a estimativa dos valores dos serviços de limpeza, manutenção preventiva e corretiva levará em consideração os seguintes pontos:

- Capacidade de refrigeração dos equipamentos (BTUs);
- Inclusão dos materiais e peças comumente trocadas na execução destes serviços, conforme será definido em tópico específico.

5.7. A estimativa dos valores dos serviços de instalação e desinstalação levará em consideração os seguintes pontos:

- Capacidade de refrigeração dos equipamentos (BTUs);
- Inclusão dos materiais e peças comumente trocadas na execução destes serviços, conforme será definido em tópico específico.

Nos serviços de instalação estarão inclusos as tubulações de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjosos aparentes. Conforme orientam os manuais de equipamentos de ar-condicionado, não deve instalar a condensadora há mais de dez (10) metros de distância da evaporadora, sob risco de mal funcionamento, perda de eficiência e desperdício de energia elétrica.

5.8. Assim, neste modelo os fornecedores se sentem mais seguros em propor valores reais e aplicáveis no mercado, sem a necessidade de praticar o superfaturamento com receio de sofrer prejuízos econômicos. Por consequência, essa solução se torna mais atrativa para os fornecedores e aumenta a competitividade no certame, o que reflete em benefícios para a Administração Pública.

5.8.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA EM SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO:

5.8.2. Visando o funcionamento dos sistemas de refrigeração presentes nas edificações do campus dos Malês, deverá ser seguido o plano de manutenção preventiva nos sistemas de refrigeração. Tendo em vista que são sistemas que não envolvem climatização, estes não fazem parte do PMOC e deverão compor um plano de manutenção em separado.

5.8.3. O plano de manutenção separado se aplica aos sistemas apenas de refrigeração, ou seja, aqueles equipamentos que não tem o objetivo de garantir o conforto térmico dos equipamentos, exemplo: geladeira, frigobar, freezer, câmara fria, etc. Tais equipamentos tem apenas o objetivo de processo, ou seja, refrigerar um respectivo produto. O PMOC regulamentado pela Lei 13589 /2018 abrange apenas equipamentos de climatização, excluindo assim os equipamentos de refrigeração;

5.8.4. Faz-se necessário tais planos de manutenção para os equipamentos de refrigeração justamente para aumentar a vida útil do equipamento, consequentemente respeitando o princípio da economicidade com a redução das manutenções corretivas não planejadas.

5.8.5. A manutenção preventiva deverá ser realizada de acordo com a necessidade identificada pelas Unidades demandantes as quais deverão levar em consideração a idade do equipamento, a frequência de uso e a importância do mesmo para o andamento das atividades desenvolvidas. Com isso, a manutenção do sistema de refrigeração deve ser realizada conforme itens a seguir:

Inspeção de Componentes de Controle (Fusíveis, Sensores, Resistência, Ventiladores etc)

Inspeção de Componentes Mecânicos (Compressor, Filtro, Capilar)

Inspeção Estrutural (Empeno de porta, rigidez da gaxeta, vazamento interno etc)

Medição da corrente de trabalho

Medição da pressão de trabalho do compressor

Troca de filtro/purificador dos bebedouros

Limpeza interna e externa dos equipamentos

5.9. Referências de Serviços e Preços e para o Levantamento de Mercado

Considerando a Lei 14.1333 de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações no seu artigo 23º

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;”

5.3 Em consonância com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o art. 9º, III, da Instrução Normativa SEGES nº. 58 de 08 de agosto de 2022, define:

6.2. O art. 9º, III, da Instrução Normativa SEGES nº. 58 de 08 de agosto de 2022, assim conceitua:

Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

I - ...

II - ...

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam as necessidades da Administração.

Diante do disposto na IN SEGES nº 58/2022, foram buscados em outros órgãos públicos contratações similares para verificação da existência de novas metodologias, tecnologias ou informações que subsidiassem a busca da melhor solução para atender a pretensão externada no Documento de Formalização de Demanda 03/2025, tendo sido encontrados, entre outros diversos, os seguintes registros no sistema de Pesquisa de Preços:

1.3. Desta maneira foi utilizado como filtro de pesquisa o termo "manutenção de ar condicionado split", em contratos vigentes no sítio do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, o qual obteve os resultados conforme imagens anexada a este documento:

5.9.1. PNCP A pesquisa de preços elaborada através da pesquisa pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP foi utilizada com o filtro de pesquisa o termo (manutenção de ar condicionado split". O detalhamento da consulta consta no Anexo - Pesquisa de Preços - PNCP.

5.9.2. Painel de Preços do governo Federal

A pesquisa de preços elaborada através da pesquisa no sistema do Painel de Preços do Governo Federal foi elaborada com os filtros de contratos firmados no ano de 2025/202, CATSER 2771, CATSER 2020, CATSER 3492 E CATSER 3506 tendo como resultado aproveitável para a presente contratação os seguintes Pregões:

UASG 983345 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUÍPE

UASG 158409 - INST. FEDERAL DE EDUC. CIÊN. E TECN. DA BAHIA

UASG 155884 - IF BAIANO - CAMPUS ITABERABA JAMES DE MELO BATISTA

UASG 926302 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

UASG 120632-GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE

UASG 160403 - 6º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

5.9.2.1. O detalhamento da consulta consta no anexo.

6. Descrição da solução como um todo

Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam a necessidade que gerou a contratação.

A descrição da solução, abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ar condicionado e refrigeração, incluindo o fornecimento de peças de reposição, filtros e gases, ferramentas, materiais, necessários à correta execução dos serviços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para atendimento das demandas, quanto a descrição e suas quantidades, foi analisado o levantamento realizado pelo técnico em edificações. Os quantitativos foram definidos com base nas unidades disponibilizadas no campus, conforme planilha abaixo.

SERVIÇO	QUANTIDADE
Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 9.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	8
Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 18.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	40
Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 36.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	104
Serviço de limpeza, manutenção preventiva trimestral dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 60.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	8
Serviço de limpeza, manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 9.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	8
Serviço de limpeza, manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 18.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	40
Serviço de limpeza, manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 36.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	104
Serviço de limpeza, manutenção corretiva por meio de Ordem de Serviço dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 60.000 BTU's, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	8
Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 9.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2
Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 18.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	10

Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 36.000 BTU's, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	26
Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 60.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2
Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 9.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2
Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 18.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	10
Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 36.000 BTU's, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	26
Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 60.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2
Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, a exemplo de geladeira, frigobar, freezer, refrigerador, com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	8
Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, do tipo bebedouro industrial com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	4
Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, do tipo purificador de água com fornecimento de peças informadas no Termo de Referência, de mão de obra, por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.	2

--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 212.642,60

A estimativa de preços referenciais, memórias de cálculo, mapas de cotação, planilhas de composição de custos unitários, etc. foram levantadas através de:

"I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;"

E estão inclusas no processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens serão agrupados, pois possuem características semelhantes, dotando de maior celeridade e eficiência as etapas procedimentais relativas à licitação, formalização e gerenciamento dos contratos, com reflexos na economia processual e financeira.

A contratação dos serviços em grupo único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração, tendo em vista que:

a) O parcelamento tornaria a parte do contrato que se refere aos serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, podendo ocasionar a sua não contratação, especialmente nos itens de valores pequenos, aliado ao problema de várias empresas realizando serviços nos mesmos equipamentos, o que poderia trazer problemas na eventual ocorrência de sinistros, relativamente à responsabilidade de cada uma;

b) Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;

c) Economia de recursos humanos, visto que a equipe de fiscalização, concentrará suas ações em um único procedimento de contratação. Não haverá qualquer prejuízo para os licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar da licitação.

Portanto, o parcelamento não é viável economicamente e traz prejuízo para o conjunto da solução, especialmente naqueles itens de pequeno valor, trazendo assim perda com o parcelamento, pois o valor da parcela referente a cada prestação de serviços seria muito pequeno e pouco atraente para o mercado, podendo inclusive atrapalhar a competitividade, visto que o mercado tende a se afastar de contratações de valores muito baixos, como seria o caso de uma eventual licitação dividida em diversos itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há no âmbito deste Campus contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação para o Campus dos Malês está vinculada ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UNILAB que encontra-se em vigência até 2026, visando a expansão e consolidação do Campus dos Malês, no que diz respeito a garantia de condições necessárias para o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa, e extensão. Deixando implicitamente definido a necessidade de atendimento à referida garantia, a partir dos serviços de manutenção em equipamentos de refrigeração, bem como os serviços de manutenção de equipamentos de refrigeração (peças). Ambos os serviços são cruciais tanto para o bom desempenho das atividades meio (técnico-administrativas) quanto para as atividades fim (ensino, pesquisa e extensão).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com essa contratação, no mínimo, zelar pelo bem sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos equipamentos de forma ininterrupta, estabelecendo parâmetros para verificação visual do estado de limpeza, remoção das sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização e refrigeração, de forma a garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados, e de demais equipamentos de refrigeração.

13. Providências a serem Adotadas

A Instituição deverá indicar quais aparelhos que serão realizados os trabalhos relativos ao objeto licitado por meio da equipe de fiscalização e gestão de contratos. Ademais, no específico desta contratação não há necessidade de adequação do ambiente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para evitar possíveis impactos ambientais a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;

Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Usar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução

CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999;

Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para

redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as

normas ambientais vigentes;

Quando houver necessidade de reposição de gás, deverão ser utilizados equipamentos apropriados de coleta,

transferência e armazenamento previstos na Resolução CONAMA no 340/2003, ou outra que vier a substituí-la;

Quando do fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá adotar o disposto no art. 5º da Instrução Normativa SLTI

/MPOG nº 01/2010 que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de bens, a qual preconiza:

Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme

ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto

ambiental em relação aos seus similares;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor

volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e

o armazenamento.

14.2. A Contratada também deverá cumprir os requisitos de sustentabilidade arrolados abaixo, o quais foram retirados do Decreto

nº 7.746/2012, referenciado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 6ª ed.:

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º , são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

(...)

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

14.3. Ainda, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações

Sustentáveis (pág. 187 e 188, 6ª ed.):

I- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e

especificações determinadas pela ANVISA;

UASG 200118 Estudo Técnico Preliminar 9/2024

52 de 53

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou

municipal neste tema.

III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu

funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

(...)

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos

sólidos;

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na

Resolução do CONAMA vigente.

14.4. Além destes possíveis impactos ambientais citados, serão adotados na presente contratação, como obrigações da

Contratada, critérios de sustentabilidade ambiental, que deverão ser inseridos no Termo de Referência.

Destaca-se a importância da observância dos critérios ambientais definidos também no item 4.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a realização de contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de refrigeração, de natureza continuada, mostra-se viável tecnicamente, tendo em vista que o serviço de manutenção é especializado e

que o Campus dos Malês não possui meios próprios de realizar a manutenção, sendo de praxe a realização de contratação de empresas especializadas para a realização de manutenção em sistemas de refrigeração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE CONCEICAO DE JESUS

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 17:14:23.

JONATAS MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
DIRETORIA DO CAMPUS DOS MALÊS

Anexo III – Equipamentos_Quantitativo_Marca_Modelo.pdf



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
DIRETORIA DO CAMPUS DOS MALÊS

EQUIPAMENTOS - MARCA/MODELO /POTÊNCIA/TECNOLOGIA/TIPO

1. Objetivo

1.1. O objetivo deste documento inicial foi levantar junto à edificação do Campus dos Malês o levantamento de todos os equipamentos de ar-condicionado Split.

1.2. Considerando a premente necessidade de contratação de serviço comum de limpeza, manutenção preventiva, manutenção corretiva, instalação e desinstalação de aparelhos dos sistemas de climatização e refrigeração, incluindo fornecimento de materiais, peças e equipamentos necessários à manutenção, foi solicitado na data de **20/03/2025** levantamento detalhado dos quantitativos através do processo apartado (Sei! nº 23804.000436/2025-13), nas localidades sob responsabilidade das áreas destinatárias, de **todos** os aparelhos de ar condicionado atualmente instalados, independentemente de seu estado de funcionamento ou necessidade de manutenção, nos seguintes moldes:

UNIDADE DE INSTALAÇÃO

Quantidade	Marca	Modelo	Quantidade de BTUs	Tecnologia ⁽¹⁾	Tipo ⁽²⁾	Funcionando ⁽³⁾	Ambientes

(1) Inverter ou convencional.

(2) Condicionadores de ar:
janela, split hi-wall, split



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
DIRETORIA DO CAMPUS DOS MALÊS

cassete, split piso-teto.

(3) sim ou não (desconsiderar
necessidade de limpeza ou
reparos secundários).

- 1.2. Importante frisar que o presente estudo **não se destina** a realizar levantamento de necessidades de novas instalações, tampouco acerca da situação de funcionamento detalhada de cada aparelho já instalado (ação que será realizada em momento oportuno, dentro do processo de contratação e conforme necessidade).

2. QUANTITATIVOS

2.1 Desta maneira, conforme orientado, foram extraídas as seguintes informações, que mediante levantamento no Campus dos Malês obtivemos a seguinte planilha:

EQUIPAMENTO	Quant.	Marc a	Modelo	Quantida de de BTUs	Tecnologi a	Tipo	Funcionan do	AMBIENTES
Ar Condiciona do	2	Midea	38KCN0 9M5/42 MFCA09 M5	9.000	Convencio nal Split	Spli t	Sim	• Sala do RU; • SESEROP (térreo);
Ar Condiciona do	10	Midea	38KCX1 8S5/42M ACA18S 5	18.000	Convencio nal	Spli t	Sim	• Enfermage m; • DIAMCM; • SEC. MESTRADO; • Setor de Perícia (2x); • Atendimento Social; • STI; • Recepção; • SELOG;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
 BRASILEIRA
 DIRETORIA DO CAMPUS DOS MALÊS

								•Sala da Coordenação;
Ar Condicionado	26	Britânia	BAC3600PFM5	36.000	Convencional	Split	Sim	•Sala 01; •Sala 02; •Sala 03; •Sala 04; •Sala 05; •Sala 06; •Sala 07; •Sala 08; •Sala 09; •Sala 10; •Sala 11; •Sala 12; •STI; •Biblioteca (3x); •Direção; •IHLM; •LABI (2x); •Sala Profª; •RU (5x);
Ar Condicionado	2	ELGIN	PEF160B2NC	60.000	Inverter	Split	Sim	•Auditório;
Bebedouro Industrial	2	IBAMAMA	TOR.BE B. 100L G109893 4/01 PV.1098 COM FILTRO	Não se aplica	-	-	Sim	•Circulação (1º andar); •Circulação (térreo);
Frigobar	7	Midea	MRA10B1	Não se aplica	-	-	Sim	•STI; •Biblioteca; •Direção; •Sala 10; •IHLM; •Enfermagem;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
DIRETORIA DO CAMPUS DOS MALÊS

								•SELOG;
Purificador de Água	1	LIBEL L	ACQUA FLEX HERMETICO BRANCO CINZA	Não se aplica	-	-	Sim	•Copa;
Refrigerador	1	Midea	MD-RT580M TA011	Não se aplica	-	-	Sim	•Copa;

3. OBSERVAÇÃO

3.1. As planilhas apresentadas pela SEPLACM, foram elaboradas no mês de abril de 2025. São inicialmente para referenciar o preço de contratação, mas podem ser alteradas uma vez que o Campus dos Malês possui aparelhos novos tanto de condicionadores de ar quanto de refrigeração já adquiridos ou em fase de compras conforme processo Sei! nº 23804.000436/2025-13.

3.2. Desta maneira, os serviços de manutenção serão definidos conforme quantidades, e potências atuais, no que diz respeito aos aparelhos de ares condicionados e de refrigeração, instalados na edificação no momento da data da Ordem de Serviço, e pagos conforme tabela de preços unitários referenciada, aplicando o desconto oferecido pela empresa no pregão.

4. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – processo SEI! nº 23804.000436/2025-13.

ANDRE CONCEIÇÃO DE JESUS
Integrante Técnico/Requisitante

Jônatas Marques Oliveira dos Santos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
DIRETORIA DO CAMPUS DOS MALÊS

Agente de Contratação – Titular

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA****ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº 23804.000436/2025-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA -
CAMPUS DOS MALÊS, E.....

A UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – CAMPUS DOS MALÊS por intermédio da Coordenação de Administração - COADM, com sede na Avenida Juvenal Eugênio Queiroz, s/n, na cidade de São Francisco do Conde/Bahia, CEP: 43.900-000, Baixa Fria, na cidade de São Francisco do Conde/Bahia, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 2.397.930/0002-9, neste ato representada pela sua Diretora, a Senhora Mirian Sumica Carneiro Reis., nomeada pela Portaria nº 154 de 13 de maio de 2022, publicada no DOU de 19 de maio de 2022, portador da Matrícula Funcional nº 2215602, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] OU [Dispensa de Licitação] OU [Inexigibilidade de Licitação]** nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **e MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, BEBEDOUROS E DEMAIS APARELHOS E REFRIGERAÇÃO NOS PRÉDIOS DO CAMPUS DOS MALÊS DA UNILAB, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Serviço de limpeza, manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 9.000 BTU's, com fornecimento de peças e mão de obra.	2771	SERVIÇO	08		
2	Serviço de limpeza, manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 18.000 BTU's, com fornecimento de peças e mão de obra.	2771	SERVIÇO	40		
3	Serviço de limpeza, manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 36.000 BTU's, com fornecimento de peças e mão de obra	2771	SERVIÇO	104		
4	Serviço de limpeza, manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 60.000 BTU's, com fornecimento de peças e mão de obra	2771	SERVIÇO	08		
5	Serviço manutenção corretiva por meio dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 9.000 BTU's, com fornecimento de peças e	2771	SERVIÇO	08		

	de mão de obra					
6	Serviço manutenção corretiva por meio dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 18.000 BTU's, com fornecimento de peças e de mão de obra.	2771	SERVIÇO	40		
7	Serviço manutenção corretiva por meio dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 36.000 BTU's, com fornecimento de peças e de mão de obra	2771	SERVIÇO	104		
8	Serviço manutenção corretiva por meio dos aparelhos de ar condicionado do tipo split e split inverter, hi-wall, cassete, piso-teto, de 60.000 BTU's, com fornecimento de peças e de mão de obra	2771	SERVIÇO	08		
9	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 9.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação (inclusive o suporte em material anticorrosivo), com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	02		

10	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 18.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação (inclusive o suporte em material anticorrosivo), com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	10		
11	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 36.000 BTU's, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação (inclusive o suporte em material anticorrosivo), com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	26		
12	Serviço de instalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 60.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação (inclusive o suporte em material anticorrosivo), com distância de tubulação de cobre de até dez (10)	2771	SERVIÇO	02		

	metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.					
13	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 9.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	02		
14	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 18.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	10		
15	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 36.000 BTU's, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e	2771	SERVIÇO	26		

	com os esponjos aparentes.					
16	Serviço de desinstalação de aparelho de ar condicionado do tipo split e split inverter, de 60.000 BTUs, com o fornecimento de todo o material necessário à instalação, com distância de tubulação de cobre de até dez (10) metros da unidade condensadora para a evaporadora e com os esponjos aparentes.	2771	SERVIÇO	02		
17	Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, a exemplo de geladeira, frigobar, freezer, refrigerador, com fornecimento de peças e de mão de obra.	2801	SERVIÇO	08		
18	Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, do tipo purificador de água com fornecimento de peças (INCLUSIVE O FILTRO COMPATÍVEL COM O APARELHO) e de mão de obra.	2801	SERVIÇO	02		
19	Serviço de limpeza, manutenção preventiva e corretiva e/ou instalação de equipamentos de refrigeração, do tipo bebedouro industrial com fornecimento de peças (INCLUSIVE	2801	SERVIÇO	04		

	O FILTRO COMPATÍVEL COM O APARELHO) e de mão de obra.					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. ~~[O Edital da Licitação] **OU** [A Autorização de Contratação Direta] **OU** [O Aviso de Dispensa Eletrônica];~~
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.2. ~~O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.~~

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados **da assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. ~~A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

- 2.4.1. ~~Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~
- 2.4.2. ~~Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~
- 2.4.3. ~~Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~
- 2.4.4. ~~Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;~~
- 2.4.5. ~~Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e~~
- 2.4.6. ~~Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).~~

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. ~~Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

2.8. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

OU

2.9. *O prazo de vigência da contratação é de ~~[indicar o prazo – máximo de um ano]~~ contados do(a) ~~[indicar o termo inicial da vigência]~~, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxx)~~, perfazendo o valor total de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxx)~~.*

OU

5.2. *O valor total da contratação é de R\$ ~~xxxxxx (xxxxxxxx)~~*

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias** a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. ~~Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;~~

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n - Centro, São Francisco do Conde - BA, 43900-000;*

~~9.35.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

~~9.35.2. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~9.35.3. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.~~

~~9.35.3.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

~~10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

~~10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~

~~10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.~~

~~10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.~~

~~10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.~~

~~10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.~~

~~10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.~~

~~10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.~~

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.~~

~~13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:~~

~~13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

OU

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.5.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

13.6. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

OU

~~13.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 26442 / 158634;;
- II) Fonte de recursos: 1000;
- III) Programa de trabalho: 231895;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- V) Plano interno: V8634N99MLN; e
- VI) Nota de empenho: xxxxxx;

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **do Ceará**, Seção Judiciária de **Fortaleza** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-